



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

**DESIGUALDADES DE TERRITÓRIO, SEXO, RAÇA E RENDA: UM
ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE INGRESSANTES EM UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA DO NORDESTE BRASILEIRO**

***INEQUALITIES OF TERRITORY, GENDER, RACE AND INCOME: AN
EXPLORATORY STUDY ON INCOMING STUDENTS AT A PUBLIC
UNIVERSITY IN THE NORTHEASTERN BRAZIL***

***DESIGUALDADES DE TERRITORIO, SEXO, RAZA Y RENTA: UN ESTUDIO
EXPLORATORIO DE ESTUDIANTES QUE INGRESAN A UNA
UNIVERSIDAD PÚBLICA DEL NORESTE BRASILEÑO***

Ivan Faria

ivanfaria@uefs.br

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs

Luiz Paulo Jesus de Oliveira

luzpaulo@ufrb.edu.br

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - Ufba
Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Aloísio Machado da Silva Filho

aloisioestatistico@uefs.br

Doutor em Modelagem Computacional e Tec. Industrial – Senai/Cimatec
Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar características de ingressantes em uma universidade pública da Bahia, articulando os marcadores de território, raça/cor da pele, sexo e renda à diversidade de cursos oferecidos, bem como estimar possíveis fatores associados à escolha do curso por parte

dos estudantes. Trata-se de uma investigação sobre processos de inserção e adaptação ao ensino superior durante os primeiros semestres de graduação, que acompanhou as trajetórias de estudantes de 2018 a 2022. A metodologia adotada é de natureza quantitativa (descritiva) e analisa estatisticamente um banco de dados sobre o perfil sociodemográfico de 908 ingressantes em 28 cursos, no ano de 2018, buscando também identificar fatores associados à escolha do curso por parte dos alunos. Os resultados reforçam a relevante função social das universidades estaduais, confirmada pela ocupação predominantemente regionalizada das vagas, com significativa presença de estudantes de baixa renda. Os testes de associação realizados apontam para uma tendência geral de maior presença feminina nas licenciaturas e em alguns cursos da área da saúde, ao lado de uma baixa presença em cursos de engenharia e exatas de maior concorrência. Do ponto de vista racial, a maior representação de estudantes negros concentrou-se também em cursos de licenciatura, sendo menor em cursos de maior prestígio social.

Palavras-chave: ensino superior; ingresso; desigualdades socioeducacionais.

ABSTRACT

The present article aims to present characteristics of incoming students in a public university in Bahia state, articulating aspects of territory, race/skin color, gender and income to the variety of undergraduate courses offered, as well as assessing possible factors associated to the choice of course by the students. It is an investigation into processes of student's fitting and adaptation to higher education during the first semesters of undergraduate school, through monitoring their academic trajectories from 2018 to 2022. The methodology adopted is of descriptive statistics type and it statistically analyzes a database with the sociodemographic profile of 908 incoming students in 28 undergraduate courses in 2018, also seeking to identify factors associated with the students' choice of course. The findings strength the relevant social function of state universities in Brazil, which is confirmed by the predominantly regionalized occupation of admissions offers, with a significant presence of low-income students. The association tests carried out point to a general trend of a greater presence of female students in the undergraduate degrees and in some courses in the health area, alongside with a low presence in the more competitive courses in the field of engineering and math & sciences. From a racial perspective, the greater representation of black students is also concentrated in undergraduate degrees, being lower in courses of greater social prestige.

Keywords: higher education; admissions; socio-educational inequalities



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar las características de quienes ingresan a una universidad pública en Bahia, articulando los marcadores de territorio, raza/color de piel, sexo y ingreso a la diversidad de cursos ofrecidos, así como estimar posibles factores asociados a la elección de curso por dos estudiantes. Se trata de una investigación sobre los procesos de inserción y adaptación a la educación superior durante los primeros semestres de graduación, que acompañó a las trayectorias de los estudiantes de 2018 a 2022. La metodología adoptada es de carácter cuantitativo descriptivo y analiza estadísticamente una base de datos sociodemográficos de 908 recién llegados a 28 cursos en 2018, buscando también identificar factores asociados a la elección de curso por parte de los estudiantes. Los resultados refuerzan el papel social relevante de las universidades estatales, confirmado por la ocupación predominantemente regionalizada de becas, con una presencia significativa de estudiantes de bajos recursos. Las pruebas de asociación realizadas apuntan a una tendencia general de mayor presencia femenina en las carreras de grado y en algunas carreras del área de la salud, además de una baja presencia en las carreras de ingeniería y exactas de mayor competencia. Desde el punto de vista racial, la mayor representación de estudiantes negros también se concentra en cursos de formación del profesorado, siendo menor en carreras de mayor prestigio social.

Palabras clave: educación superior; ingreso; desigualdades socioeducativas.

INTRODUÇÃO

São inúmeros os indicadores de desigualdades socioeducacionais que mostram uma significativa transformação na configuração do ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas. O crescimento do número de instituições e cursos nas redes públicas e privadas, a democratização das formas de acesso (criação de políticas de ações afirmativas com reserva de vagas para grupos historicamente sub-representados, mudanças nos mecanismos de seleção) e de financiamento (ampliação dos programas de bolsas e de custeio), bem como as políticas de interiorização da oferta são alguns elementos que contribuíram



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

decisivamente para a construção de novos cenários (SILVA, 2020). Tal movimento se deu também em um contexto favorável de redução da pobreza extrema, com a criação de programas sociais como o Bolsa Família, e de ampliação de renda da população das classes populares. Essas mudanças foram mais sensíveis entre os anos de 2003 e 2015, havendo concomitantemente aumento das taxas de matrícula no ensino superior (MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018).

Do ponto de vista histórico, é relevante destacar que a implantação do ensino superior do Brasil é bastante tardia e lenta, mesmo quando comparada a outros países latino-americanos, que criaram instituições ainda no século XVI. Inicia-se isoladamente em alguns estados da federação ainda no século XIX, atravessa um processo de federalização nas décadas de 1950 e 1960 e gradativamente vai compondo redes públicas e privadas, até chegar ao século XXI com um predomínio de vagas no setor privado, mas, ainda assim, com participação expressiva das universidades públicas. Ainda hoje, as taxas de acesso são inferiores à parte expressiva de outros países do continente, como Argentina, Chile, Colômbia e México (SENKEVICS, 2021).

Na Bahia, a primeira instituição federal foi criada em 1946, a Universidade Federal da Bahia (Ufba), sendo a única do estado até o ano de 2002. Já as instituições estaduais tiveram sua implantação mais tardia, com a criação da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), na década de 1970, seguida de outras três instituições, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb), a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) (MOTA JÚNIOR; TORRES, 2017), que ocuparam os antigos vazios territoriais e sinalizam a grande contribuição social das universidades públicas estaduais ao ensino superior do estado. Conforme Serpa e Cunha (2002), o processo de expansão e interiorização do ensino superior baiano apresenta uma singularidade histórica em relação ao âmbito nacional,



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

uma vez que o governo do estadual desempenhou um papel estratégico mediante a alocação de investimentos públicos para criação de universidades estaduais e a interiorização do ensino superior, entre as décadas de 1970 e 1990, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento regional e a reconfiguração de importantes cidades do interior do estado, a exemplo de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, dentre outras, enquanto centros produtores e difusores de educação, cultura, ciência e tecnologia (MIDDLEJ, 2004; OLIVEIRA, 2014).

Particularmente no lócus desta investigação, na região de Feira de Santana, na Bahia, a configuração do ensino superior alterou-se também muito nos últimos anos. A Uefs teve sua sede criada em 1976, na segunda maior cidade do estado, cresceu de forma gradual e foi por anos a responsável quase exclusiva pela oferta de cursos na cidade e em seu entorno mais próximo. A instituição consolidou-se e passou a disponibilizar vagas em 14 cursos de licenciatura e 14 de bacharelado desde o começo da década passada. Em 2018, além da Uefs, já havia dez outras instituições privadas e um campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), voltado para as áreas de ciência e tecnologia.

Desse modo, ampliaram-se as possibilidades de escolha e de ingresso no ensino superior, com novos fatores atuando nos processos de oferta e procura por vagas na região, reconfigurando os públicos das instituições universitárias do ponto de vista socioeconômico e das desigualdades de classe, raça/cor da pele, sexo e território, que ainda não são conhecidos de forma mais aprofundada, como apontam os estudos sobre o ensino superior (SANTOS; SAMPAIO; CARNEIRO, 2015; SANTOS; SAMPAIO; VASCONCELOS, 2017). Nesse sentido, parece fundamental conhecer tais transformações a fim de expandir o campo científico e subsidiar processos decisórios na implantação de políticas públicas para essa etapa do ensino, bem como para a compreensão da

multiplicidade de sentidos e variáveis que revestem a categoria estudante universitário (ZAGO, 2006).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar algumas características sociodemográficas de ingressantes em uma universidade pública do Nordeste brasileiro, articulando os marcadores de território, raça/cor da pele, gênero¹ e classe à diversidade de cursos oferecidos. Além disso, busca-se identificar quais fatores estão associados à escolha do curso por parte dos alunos, cruzando tais marcadores. Trata-se do recorte de uma investigação mais ampla sobre processos de inserção e adaptação ao ensino superior durante os primeiros semestres de graduação, que investiga as experiências e desafios vivenciados pelos ingressantes em universidades públicas baianas.

Ademais, busca dialogar com trabalhos teóricos sobre os perfis e as desigualdades educacionais no ensino superior (BIZERRIL, 2020; SENKEVICS, 2021), bem como com dados oficiais publicados nos censos demográficos (IBGE, 2011, 2014, 2019a, 2019b) e do ensino superior pelo Inep (2019, 2020a, 2020b).

A metodologia adotada é de natureza quantitativa exploratória, analisa e cruza informações de um banco de dados construído pela Comissão de Seleção e Admissão da Uefs (CSA/Uefs) sobre o perfil sociodemográfico de 908 ingressantes em 28 cursos da Uefs, no ano de 2018,² além de aplicar teste de associação (Qui-quadrado de independência) a fim de estimar quais fatores estão associados à escolha dos cursos.

Utiliza como fonte de informações um banco de dados criado a partir de um questionário sociodemográfico preenchido por todos os estudantes

¹ No questionário sociocultural aplicado pela CSA/Uefs são adotadas as nomenclaturas raça/cor da pele e sexo. Neste trabalho, optou-se por manter a primeira, mas alterar a segunda, utilizando gênero em lugar de sexo, por incorporar as formulações teóricas e sociais contemporâneas em torno das diferenças sexuais de natureza biológica.

² Foi o último ano que a Uefs realizou processo seletivo próprio, antes de aderir ao Sistema de Seleção Unificada (SiSu), criado pelo Ministério da Educação, sendo, portanto, um momento crítico que justificou a escolha do referido grupo de ingressantes.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

aprovados e convocados para ingressar no semestre letivo de 2018.2 e que permanecem na instituição.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: BRASIL, NORDESTE E BAHIA

Os primeiros cursos superiores do país surgem timidamente na primeira metade do século XIX, enquanto as universidades são constituídas tardiamente, décadas depois no século seguinte em alguns estados brasileiros (BIZERRIL, 2020). Apenas nos anos 1950 e 1960 houve a instalação de forma mais efetiva de *campi* de universidades federais em estados fora do Sudeste. A ampliação da oferta foi lenta até os anos 1980, permanecendo bastante desigual do ponto vista territorial, socioeconômico, racial e de gênero (BIZERRIL, 2020).

Na década de 1990, enquanto ocorria um significativo processo de restrição orçamentária nas instituições públicas, iniciava-se também uma expressiva expansão da rede particular. De acordo com Druck, Filgueiras e Moreira (2017), durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, ocorreu um forte incentivo aos investimentos privados no ensino superior, através da concessão de financiamentos pelo BNDES às instituições privadas já existentes e que foram criadas durante o período, resultando na rápida ampliação do número de instituições privadas e de vagas oferecidas por elas no ensino superior.³ Contudo, isso provocou uma enorme capacidade ociosa não utilizada, em razão da baixa renda per capita dos brasileiros. Para tanto, a solução para o problema seria a transferência de dinheiro público para as instituições privadas. Logo, concluem os autores que “se os Governos FHC

³ Ao analisar as Sinopses Estatísticas do Ensino Superior produzidas pelo Inep de 1995 a 2003, Almeida (2015), sinaliza que o total de matrículas no ensino superior sai de 1.759.703 para 3.887.022, representando um aumento de 120,9%. No entanto, no mesmo período, no setor privado, o número de matrículas salta de 1.059.163 para 2.750.652, uma expansão de 159,70%, ante apenas 62,21% de aumento no setor público, que foi de 700.540 para 1136370 matrículas.

estimularam o ensino privado pelo lado da oferta, os Governos Lula e Dilma o incentivaram pelo lado da demanda, com a grande ampliação do financiamento do pagamento das matrículas e mensalidades dos estudantes (FIES e PROUNI)” (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017, p. 615).

Senkevics (2021, p. 199) identifica que, sobretudo a partir dos anos 2000, “instalam-se cinco tendências gerais nesse processo de expansão, que são: democratização do acesso, instituição de ações afirmativas, desequilíbrio público-privado, ampliação do ensino a distância e estratificação horizontal.” Essa última se refere a “disparidades qualitativas, internas ao próprio sistema, que condicionam para quais instituições, graus e modalidades de ensino ou carreiras de distintos grupos sociais tendem a se direcionar” (SENKEVICS, 2021, p. 231-232), enquanto a estratificação vertical indica os efeitos da origem social sobre o alcance e a longevidade educacional.

Em 2004, é inaugurado um ciclo de grande crescimento no sistema federal de ensino superior, marcadamente a partir da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com a criação de novas universidades, *campi* e institutos de educação tecnológica, mas também ocorre em maior escala na rede privada, tendência que começa a recrudescer apenas a partir de 2015, quando se inicia um período de queda do crescimento de ingressantes, particularmente no setor privado (SILVA, 2020).

Lopes e Passos (2015) destacam que as instituições estaduais vivenciaram processos cíclicos de expansão até a década de 1990, desempenhando papel relevante na oferta, sobretudo no interior dos estados, como são emblemáticas as experiências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Sudeste, das paraanaenses Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Sul, e das baianas Uneb, Uefs, Uesb e Uesc.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

No Nordeste, por exemplo, em 2018, ano-base da coleta de dados para o presente trabalho, a região contava com 20 universidades federais (IBGE, 2019a) e 14 estaduais. Já no estado da Bahia, até o ano de 2002, havia uma única universidade federal no estado, localizada na capital, enquanto as universidades estaduais eram quatro e presentes em 29 municípios (Uneb, em 24; Uesb, em 3; Uefs e Uesc, em 1(uma) cidade cada uma), reforçando o papel estratégico das instituições estaduais de ensino superior no estado.

Atualmente, além das quatro universidades estaduais citadas e da Ufba, a Bahia sedia três outras universidades federais, a UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (Ufob), UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB) e UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB), além dos *campi* da UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (Unilab) e da UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (Univasf), que juntas, atendem a 38 municípios, sendo que em 9 (nove) deles há instituições mantidas tanto pela União quanto pelo governo da Bahia.

OFERTA DE CURSOS E CONCORRÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR EM FEIRA DE SANTANA E REGIÃO

A já referida expansão do ensino privado e federal contribuiu para uma reconfiguração do “mercado” de procura e oferta da educação superior no país, na Bahia e na cidade onde se desenvolve a presente investigação, Feira de Santana. As mudanças impactam os processos de escolha de cursos e instituições, as taxas de concorrência e de mobilidade entre estudantes e cidades, bem como a definição dos públicos que passaram a procurar e ocupar vagas em estabelecimentos públicos e privados.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

Ao lado da oferta de instituições e cursos, que configuram os campos de possibilidade para o ingresso no ensino superior, na escolha de um curso, a literatura mostra que características individuais como idade, raça/cor da pele, gênero e renda per capita têm influência nos processos decisórios, seja na forma de constituição de um *background* sociocultural, seja na projeção e no diálogo com expectativas históricas sobre grupos sociais e profissionais (MARTINS; MACHADO, 2018).

Nesse cenário, estudantes consideram suas próprias avaliações e dos grupos de referência sobre as possibilidades de sucesso em processos seletivos e no próprio curso, avaliando e projetando interesses e aptidões, bem como as expectativas de sucesso no curso escolhido e o rendimento esperado pela formação recebida. Dessa forma, para embasar a escolha a ser realizada, os indivíduos fariam estimativas sobre o retorno (material e subjetivo) futuro de cada carreira, assim como sobre a probabilidade de sucesso em cada uma delas, baseados nas suas preferências e aptidões.

Ao analisar dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2020), identifica-se que, no referido ano, 88,4% das instituições de ensino superior brasileiras eram privadas. Para compreender mais detidamente as reconfigurações entre os setores público e privado, o mesmo documento informa que, entre 2009 e 2019, o percentual de estudantes que ingressaram em instituições particulares cresceu de 79,5% para 84,6%, a despeito da paralela expansão do ensino superior público no período. No mesmo período, houve um crescimento vertiginoso da oferta de cursos superiores na modalidade a distância (EAD) que respondiam por 16,1% dos ingressantes, em 2009, e passaram a ser 43,8%, em 2019, com predomínio da oferta no setor privado (INEP, 2020a). No caso específico dos cursos superiores voltados para formação de professores, entre 2010 e 2019, a proporção de ingressantes em

cursos na modalidade EAD praticamente duplicou, passando de 34,2% para 66,4%, predominantemente em instituições de ensino privadas.

A cidade de Feira de Santana, lócus central deste trabalho, é o segundo município mais populoso da Bahia, com população estimada em 619.609 pessoas em 2020 (IBGE, 2022), sendo um importante polo industrial, comercial, universitário e de saúde no estado. Segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2018, neste mesmo ano estavam instalados no município a Uefs, um campus da UFRB, uma unidade do IF Baiano e 10 (dez) instituições privadas (IPEA, 2019; IBGE, 2019a).

Num raio de aproximadamente 110 quilômetros de distância de Feira de Santana, há oferta ainda de cursos superiores públicos em outros quatro *campi* da UFRB, na Ufba, e nos institutos federais (Ifba e IF Baiano), em cidades como Salvador, Simões Filho, Camaçari, Santo Antônio de Jesus e Serrinha (BRASIL, 2021).

A Uefs, criada em 1976, consolidou-se como importante polo de formação de profissionais de ensino superior, contando desde 2011 com a oferta de 28 cursos de graduação. Em 2007, adotou políticas de ações afirmativas com a reserva de 50% das vagas para pessoas oriundas do ensino público, sendo que, dessas, 80% deveriam ser destinadas a candidatos negros, além de prever duas sobrevagas por curso para a população indígena e quilombola.

A Uefs oferecia, no segundo semestre de 2018, 28 cursos, sendo 14 de bacharelado e 14 de licenciatura. Desses cursos, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Filosofia e Química são ofertados no noturno, sendo os demais diurnos. Nesse semestre de referência para o estudo, foram classificados e convocados em primeira chamada 908 estudantes, sendo 509 de bacharelado (56,1%) e 399 de licenciaturas (43,9 %), conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Relação de candidatos por vaga no vestibular realizado pela Uefs em 2018.2.

Bacharelado	Cand./vaga	Licenciatura	Cand./vaga
Medicina	234,63	Educação Física	7,92
Direito	36,77	Pedagogia	6,42
Odontologia	28,83	História	5,57
Psicologia	22,96	Letras Vernáculas	4,60
Engenharia Civil	11,92	Lic. em C. Biológicas	4,30
Enfermagem	11,67	Música	3,40
Farmácia	10,86	Letras com Espanhol	3,05
Administração	9,47	Geografia	2,62
Engenharia da computação	7,95	Matemática	2,57
Bach. em C. Biológicas	7,60	Letras com Inglês	2,20
Ciências contábeis	6,70	Química	2,03
Agronomia	3,85	Filosofia	2,00
Engenharia de alimentos	2,82	Letras com Francês	1,53
Ciências econômicas	2,57	Física	1,35
Média geral	28,47	Média geral	3,54

Fonte: Comissão de Seleção e Admissão (CSA/UEFS).

Nos bacharelados, há uma concorrência média de 28,47 candidatos/vaga ante 3,54 nos cursos de licenciatura. Nos primeiros, temos uma mediana de 10,17 e desvio padrão de 68,19, sendo que o coeficiente de variação é de 2,0371, bastante elevado, indicando grande heterogeneidade entre os cursos, puxada em grande medida por Medicina, Direito, Odontologia e Psicologia. Nas licenciaturas, a mediana é de 2,84, o desvio padrão é de 1,90 e o coeficiente de variação de 0,5367, indicando maior homogeneidade na concorrência entre os diferentes cursos, destacando, ao mesmo tempo, taxas de procura mais baixas.

As licenciaturas possuem ainda algumas singularidades que merecem destaque, como taxas de evasão elevadas e um relativo desprestígio da profissão docente. Isso ocorre mesmo com a dificuldade de suprir as demandas de professores com formação adequada para atuarem especialmente na etapa

final do ensino fundamental e no ensino médio, nas regiões Norte e Nordeste (EBC, 2019).

O padrão de alunado da UEFS encontrado sugere uma oferta predominantemente regionalizada, sendo que 62,1% dos ingressantes são da própria cidade sede da universidade, 18,3% de municípios localizados a menos de 100 km da instituição, 15,3% de outras cidades baianas, apenas 2,3% da capital e outros 2,0% de outros estados, conforme informações do banco de dados da CSA/UEFS.

Tabela 2 – Distribuição de frequência de ingressantes na UEFS, por origem, em 2018.2 (n = 908).

Origem	Frequência	%
Feira de Santana	564	62,1
Municípios a menos de 100km	162	18,3
de outras cidades	143	15,3
Capital	21	2,3
Outros estados	18	2,0
Total	908	100,0

Fonte: Dados processados pelos autores.

Foi identificado ainda que os cursos com a maior presença de estudantes oriundos de outras cidades são: Medicina (62,5%), seguido de cursos com diferentes perfis, como Engenharia de Alimentos (52,5%), Agronomia (51,2%), Enfermagem (52,4%), Física (52,2%) e Matemática (51,3%). Se a busca por Medicina se justifica pelo seu elevado prestígio social, para Engenharia de Alimentos e Agronomia uma hipótese a ser explorada seria a escassez de oferta de tais cursos no estado.

Para compreender os fatores que incidem sobre tais valores, é preciso maior aprofundamento, mas é possível considerar que cursos como Física, Agronomia ou Engenharia de Alimentos possuem pouca oferta na Bahia, enquanto Medicina tem o elevado prestígio social.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

Dentre os cursos com maior presença de estudantes moradores da própria cidade-sede da Uefs, estão, sobretudo, os cursos de licenciatura em ciências humanas, com taxas próximas ou acima de 70,0%, segmento que teve aumento expressivo de matrículas no país, mesmo com baixa atratividade da carreira docente (GATTI et al., 2019). Nesse sentido, merece destaque o curso de Pedagogia, com 81,0% de discentes oriundos de Feira de Santana, além do bacharelado em Administração, com 73,5%. Ambos os cursos estão dentre aqueles com maior oferta de vagas no país (INEP, 2020) e Pedagogia, por exemplo, é disponibilizado por outras quatro instituições na cidade sede da universidade, além de haver diversas possibilidades de acesso a cursos na modalidade EAD.

No segundo semestre de 2018, a Uefs vivenciou sua última experiência de realização de processo seletivo próprio, já que nos semestres seguintes o acesso dos estudantes à instituição passou a ser feito pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Ao aderir ao SiSU, houve uma ligeira alteração no perfil do alunado da Uefs, uma vez que em seu último vestibular, realizado em 2018.2, 98,0% dos ingressantes eram da Bahia, enquanto no ano seguinte aumentou a presença de estudantes oriundos de outros estados, mas ainda permanece com mais de 90% do aluno composto por discentes baianos (UEFS, 2019).

DESIGUALDADES DE GÊNERO

Além das relações entre a origem dos estudantes e a escolha dos cursos e instituições, outra dimensão investigada é a desigualdade de gênero (INEP, 2020b) presente nos diferentes cursos. A literatura sobre o tema mostra a crescente presença das mulheres nas diferentes etapas da educação, sendo que, ainda nos anos 1970, elas passam a estar sub-representadas no ensino superior (ALMEIDA et al, 2020; BELTRÃO; TEIXEIRA, 2004).

No último Censo Demográfico, realizado em 2010, a razão de sexo na população nacional era de 96,0 para o Brasil e de 96,4 para a Bahia, em outras palavras, para cada 100 mulheres havia 96 homens no país. No campo da educação, em 2010, o país se aproximou da universalização de acesso à escola para a população de 6 (seis) a 14 anos, sem grandes discrepâncias entre os dois gêneros. Já no ensino médio há um aumento das desigualdades entre homens e mulheres e da distorção idade-série, uma vez que na idade esperada (15 a 17 anos) há 54,7% de mulheres e 45,3% de homens frequentando essa etapa da educação (IBGE, 2014).

Os dados supracitados reproduzem-se também nas taxas de frequência ao ensino superior no Brasil, uma vez que entre os universitários de 18 a 24 anos de idade, as mulheres são 57,1% e os homens 42,9% (IBGE, 2014). Além disso, “a maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, em que a proporção de mulheres que completaram a graduação é 25% superior à dos homens” (IBGE, 2014, p. 106).

As diferenças também se ampliam entre as pessoas formadas quando são comparadas por áreas de conhecimento. O mesmo estudo do IBGE (2014), citado anteriormente, mostra que as mulheres são ampla maioria na Educação (83,0%) e nas Humanidades e Artes (74,2%), campos profissionais com os mais baixos rendimentos mensais. Na área da Saúde, as mulheres são ampla maioria nos cursos de Enfermagem e Fisioterapia, de menor concorrência do que os de Medicina e Odontologia, por exemplo. Portanto, se por um lado há uma ampliação considerável do acesso das mulheres ao ensino superior, por outro lado permanecem as desigualdades de gênero nas escolhas das profissões, notadamente nas áreas de conhecimento das ciências exatas e engenharias.

Martins e Machado (2018), ao analisarem um estudo de Montmarquette, Cannings e Mahseredjian (2002), identificaram que as mulheres, ao escolher um curso, tendiam a considerar a renda a ser obtida futuramente como critério em

menores taxas do que os homens, confirmando tendência encontrada na Uefs, com a expressiva sub-representação feminina em alguns setores, como o das engenharias e em algumas licenciaturas, como a de Física.

Do ponto de vista do gênero, 422 (46,5%) ingressantes em 2018 eram homens e 486 (53,5%), mulheres, sendo que nas licenciaturas as mulheres correspondiam a 59,4% (237) e nos bacharelados 48,9% (249). A distribuição dos cursos com maiores desigualdades de gênero é apresentada na tabela 01, que sinaliza que as mulheres são ampla maioria em três licenciaturas de ciências humanas, letras e em dois cursos de saúde, enquanto os homens predominam em duas engenharias, um curso de ciências sociais aplicadas e duas licenciaturas de ciências exatas.

Tabela 3 – Distribuição de percentuais de cursos com maior presença de estudantes dos gêneros masculino e feminino entre ingressantes na UEFS, em 2018.2.

Cursos de maioria masculina	%	Cursos de maioria feminina	%
Eng. da computação (n.=40*)	92,5	Lic. em Letras - Espanhol (n.=11)	100
Engenharia Civil (n.=40)	75,0	Lic. em Pedagogia (n.=42)	92,9
Ciências econômicas (n.=40)	67,5	Enfermagem (n.=42)	88,1
Lic. em Matemática (n.=39)	66,7	Odontologia (n.=32)	75,0
Lic. em Música (n.=20)	65,0	Lic. em Letras - Inglês (n.=21)	71,4

Fonte: Dados processados pelos autores / * "n." denota o número de alunos por curso.

Para avançar na caracterização de tais desigualdades, foi realizado um teste de associação entre gênero e tipo de curso (licenciatura e bacharelado), no qual foi observado um maior número de alunas nos cursos de licenciatura (59,4%) e maior número de alunos nos cursos de bacharelado (51,1%) (Tabela 3).

A análise estatística inferencial como esperado, a partir do Teste qui-quadrado de independência, encontrou associação entre o tipo de curso e o gênero do aluno (p -valor $<0,05$) com 95% de confiança (valores obtidos a partir da tabela 2).

Tabela 4 – Distribuição de percentuais de estudantes ingressantes na UEFS, em 2018.2, por gênero e tipo de curso.

Tipo de curso	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Licenciatura	162 (40,6%)	237 (59,4%)	399 (43,94%)
Bacharelado	260 (51,1%)	249 (48,9%)	509 (56,05%)
Total	422 (46,5%)	486 (55,3%)	908

Fonte: Dados processados pelos autores.

Tais resultados concordam com dados do Censo da Educação Superior 2018, que mostram que 71,3% das matrículas em cursos de licenciatura eram de mulheres. (INEP, 2020a), assim como Martins e Machado (2018) identificaram que as mulheres ocupam menos de 30% dos graduados nas áreas de Engenharia e Computação.

DESIGUALDADES DE RAÇA

As desigualdades sociais ainda impactam de forma mais intensa a população negra no Brasil em diferentes aspectos como vitimização por violência, renda, condições de trabalho e escolarização. No que se refere à distribuição de renda, dentre aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza com menos de 1,9 dólares/dia, em 2018, os brancos eram apenas 3,6% ante 8,8% de negros. A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais era de 3,9% para brancos e 9,1% para negros (IBGE, 2019b).

Na área da educação, na década de 1960, por exemplo, 95% daqueles que haviam concluído o ensino superior eram brancos (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015). Para a população negra, historicamente, o acesso ao ensino superior tem sido mais restrito. Mesmo três décadas depois, em 1995, apenas dois em cada cem jovens negros de 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior, enquanto nove em cada cem eram brancos (SILVA, 2020).

Avanços sensíveis ocorreram, incluindo a instituição de políticas de ações afirmativas para ingresso no ensino superior para estudantes de escolas públicas e negros. No ano de 2018, negros (pretos e pardos) correspondiam a 55,8 % da população brasileira e, apesar das desigualdades persistentes, chegaram a ser 50,3% dos estudantes de ensino superior da rede pública, mas ainda permaneciam sub-representados, com taxa de ingresso nessa etapa de ensino de 35,4% entre as pessoas com 18 aos 24 anos de idade, ante 53,2% de brancos, como mostram as Estatísticas Sociais do IBGE (AGÊNCIA IBGE, 2019).

De forma semelhante às desigualdades de gênero, a ampliação das diferenças entre raças nos processos de escolarização cresce à medida que se avançam as etapas educacionais. Dados da Pnad de 2018 apontam que as diferenças percentuais entre crianças negras e brancas dos 6 (seis) aos 10 (dez) anos que frequentavam o ensino fundamental no país eram pouco significativas, sendo respectivamente 95,8% e 96,5%. No entanto, quando se investiga o ensino superior, o percentual de jovens de 18 a 24 anos que cursava ou já tinha concluído essa etapa da educação é bastante desigual, com taxas de 18,3% para pretos e pardos e 36,3% para brancos (IBGE, 2019b). Tais dados indicam que o sistema educacional por si só não é capaz de atenuar as desigualdades raciais por meio da inclusão escolar, além de participar em alguma medida da produção e/ou manutenção das desigualdades em seu interior.

Em 1992, apenas cinco em cada cem jovens entre 18 e 24 anos cursavam ensino superior. Em 2015, esse número passou para dezoito jovens nessa faixa etária. Entre os jovens negros, essa taxa saltou de 1,5% para 12,5% em 2015, passando a representar, entretanto, a despeito do crescimento expressivo, apenas 50% da taxa dos jovens brancos (razão que era de apenas 20,6% em 1992. (SILVA, 2020, p.16).

Na Uefs, encontramos um cenário com expressiva presença de jovens autodeclarados pretos (26,8%) e pardos (51,5%), que somam 78,3% ante 18,9% de brancos. Os indígenas são apenas 0,8% dos ingressantes, e as pessoas

autodeclaradas amarelas, 2,0%. O percentual total na instituição de negros é praticamente o mesmo daquele presente na população baiana (76,3%) e da cidade-sede da universidade (78,9%), segundo o último Censo Demográfico realizado em 2010 (IBGE, 2011). Quando comparamos raça/cor da pele por modalidade de curso, identificamos que também existe associação estatisticamente significativa entre as variáveis raça/cor da pele e tipo de curso (p -valor $<0,05$) com 95% de confiança.

Tabela 5 – Distribuição de frequências e percentuais de estudantes ingressantes na Uefs, em 2018.2, por raça/cor da pele e tipo de curso.

Raça/cor da pele	Tipo de curso				Total	
	Licenciatura		Bacharelado			
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Amarela	9	50,0	9	50,0	18	100,0
Branca	77	44,8	95	55,2	172	100,0
Indígena	2	28,6	5	71,4	7	100,0
Parda	183	39,1	285	60,9	468	100,0
Preta	128	52,7	115	47,3	243	100,0
Total	399	43,9	509	56,1	908	100,0

Fonte: Dados processados pelos autores.

Ao desagregar os dados por curso da Uefs, identificamos que aqueles com maior presença de estudantes negros (pretos + pardos) eram Licenciatura em Geografia (90,0%), Engenharia de alimentos (87,5%), Licenciatura em Filosofia (87,5%) e História (85,0%). Por outro lado, os cursos com maiores sub-representações de negros eram Licenciatura em Física (60,8%), Engenharia Civil (62,5%), Direito (65,9%) e Medicina (65,6%).

Tabela 6 – Distribuição de percentuais de estudantes ingressantes na Uefs, em 2018.2, por cursos com maior e menor presença de estudantes negros.

Cursos com maior presença de negros	%	Cursos com menor presença de negros	%
Lic. em Geografia (n.=40*)	90,0	Lic. em Física (n.=23)	60,8
Eng. de Alimentos (n.=40)	87,5	Engenharia Civil (n.=40)	62,5
Lic. em Filosofia (n.=24)	87,5	Direito (n.=41)	65,9

Bach. em C. Biológicas (n.=20)	85,0	Medicina (n.=32)	65,6
Ciências Contábeis (n.=40)	85,0	Lic. em Letras - Francês (n.=9)	66,6
Lic. em História (n.=40)	85,0	Lic. em Letras - Inglês (n.=21)	66,7

Fonte: Dados processados pelos autores / * "n." denota o número de alunos por curso.

Curiosamente, o curso com menor presença de negros é uma licenciatura em ciências exatas: a de Física. Para além das fragilidades da formação inicial que tais discentes experienciam na educação básica pública, há ainda a própria representação do ser cientista e pesquisador, marcada pelo racismo (e sexismo), como apontam Garcia, Silva e Pinheiro (2019). Esse estudo também auxilia a reflexão sobre o fato de que o segundo curso com maior presença de negros na Uefs seja o de Engenharia de Alimentos, mas que apesar de pertencer ao rol das engenharias, é o bacharelado da área tecnológica com menor concorrência na instituição, refletindo ainda o persistente desafio de se atingir equidade racial em campos de maior prestígio social.

DESIGUALDADES DE RENDA

A identificação mais precisa da classe social dos ingressantes é uma tarefa que exigiria um espectro mais amplo de dados, pois o questionário sociodemográfico aplicado aos ingressantes pela Uefs e que foi utilizado como fonte de informação utiliza apenas a variável renda familiar bruta, sem maiores desagregações, como a renda familiar per capita.

Ainda assim, a renda familiar é uma variável importante para dar pistas sobre condições socioeconômicas dos ingressantes, conforme ilustra a tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição de frequências e percentuais de renda familiar bruta entre estudantes ingressantes na UEFS, em 2018.2.

Renda familiar	Frequência	%
até 1 salário mínimo (SM) ⁴	244	26,9
de 1 a 3 salários mínimos	379	41,7
mais de 3 até 5 salários mínimos	168	18,5
mais de 5 até 10 salários mínimos	81	8,9

4

mais de 10 até 20 salários mínimos	29	3,2
mais de 20 salários mínimos	7	0,8
Total	908	100,0

Fonte: Dados processados pelos autores

Um percentual expressivo de 26,9% das famílias está localizado no estrato mais baixo com renda de até 1 (um) salário mínimo (SM) e outros 41,7% com rendimentos de 1 (um) a 3 (três) SM, que somados perfazem 78,6% do universo de ingressantes. Há ainda uma faixa expressiva de 18,5% com renda de 3 (três) a 5 (cinco) SM e apenas 12,9% têm rendimentos familiares acima de 5 (cinco) SM. Tais achados são indicativos da expressiva presença de estudantes de classes populares na Uefs, em taxas superiores à média nacional identificada por importante estudo sobre o perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das universidades federais, em 2018 (ANDIFES, 2018). A referida pesquisa, ainda que não abranja instituições estaduais – diversas em suas especificidades regionais –, pode servir de baliza para comparações, ao apontar que 50,9% do seu público têm renda mensal familiar bruta de até 3 (três) SM, sendo que no Nordeste o percentual é ainda maior, chegando a 62,2%.

Na Uefs, as informações sobre renda familiar, quando cruzadas com a variável raça/cor da pele, mostram ainda que os percentuais de renda de até 1 (um) SM entre indígenas, pretos e pardos são de respectivamente 42,9%, 39,9% e 24,8%, contra apenas 12,8% entre brancos. Já no outro polo de rendimentos, o de famílias com rendas superiores a 5 (cinco) salários, a situação se inverte, uma vez que brancos correspondem a 24,4% contra 12,6%, 6,6%, e 0%, respectivamente entre pardos, pretos e indígenas, ou seja, quanto maior a renda, mais embranquecido é o perfil discente dos cursos, indicando importante recorte a ser explorado e compreendido.

Tabela 8 – Distribuição de frequências e percentuais de renda familiar bruta por tipo de curso entre estudantes ingressantes na Uefs, em 2018.2.

Raça/Cor da pele	Tipo de curso	Total
------------------	---------------	-------

	Licenciatura		Bacharelado		Frequência	%
	Frequência	%	Frequência	%		
até 1 SM	144	59,0	100	41,0	244	100,0
de 1 a 3 SM	155	40,9	224	59,1	379	100,0
mais de 3 até 5 SM	67	39,9	101	60,1	168	100,0
mais de 5 até 10 SM	24	29,6	57	70,4	81	100,0
mais de 10 até 20 SM	8	27,6	21	72,4	29	100,0
mais de 20 SM	1	14,3	6	85,7	7	100,0
Total	399	43,9	509	56,1	908	100,0

Fonte: Dados processados pelos autores

Ao analisar a escolha do tipo de curso, na faixa de renda familiar até 1 (um) SM, 59,0% escolheram licenciaturas, enquanto em grupos com rendas superiores a 5 (cinco) SM, apenas 28,2% optaram pelos cursos de formação de professores. Ao confrontarmos renda e tipo de curso por teste de associação, também encontramos associação entre renda e o tipo de curso (p -valor < 0,001 e $\chi^2 = 37,44$). Tais dados corroboram os achados de Gatti et al. (2019), que identificavam que, em 2014, 61,2% dos licenciandos brasileiros tinham renda bruta de até 3 (três) SM, assim como os da pesquisa de Locatelli e Diniz Pereira (2019), com dados de anos subsequentes, que ressaltam ainda que, em algumas licenciaturas, cerca de 60% dos estudantes eram trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar alguns aspectos do perfil discente de estudantes de uma universidade pública estadual do interior, buscou-se estabelecer diálogos com a produção científica nacional recente (MARTINS; MACHADO, 2018; ALMEIDA et al, 2020; SILVA, 2020; SENKEVICS, 2021) e com indicadores socioeconômicos produzidos e/ou sistematizados por instituições como o IBGE e o IPEA, que têm

contribuído para a compreensão das transformações do ensino superior brasileiro.

Ao apresentar algumas particularidades e similitudes do perfil discente da Uefs comparados aos do universo mais amplo das instituições nacionais de ensino, objetivou-se dar visibilidade à realidade das universidades estaduais, considerando o seu papel essencial para a interiorização dessa etapa da educação no país.

O perfil dos estudantes analisado aponta para a existência de uma oferta regionalizada que cumpre uma importante função social de favorecer a democratização do acesso ao ensino superior a estudantes, especialmente daqueles oriundos da cidade-sede da Uefs e de municípios circunvizinhos, que apenas recentemente passaram a ter maior presença dos sistemas privados e público-federais.

Além da questão territorial, para as outras três variáveis analisadas (gênero, raça/cor da pele e renda familiar), foi identificada relação dessas com os tipos de cursos escolhidos (licenciatura e bacharelado), ratificada pela realização de testes de associação. O perfil de gênero dos ingressantes confirma uma tendência geral (IBGE, 2014; MARTINS; MACHADO, 2018; INEP, 2020a) de maior presença feminina nas licenciaturas e em alguns cursos da área da saúde, ao lado de uma baixa presença em cursos de engenharia e exatas de maior concorrência. Do ponto de vista racial, a maior representação de estudantes negros concentrou-se também em cursos de licenciatura e no de Engenharia de Alimentos, curso tecnológico com menor concorrência aluno/vaga. Os negros continuam sub-representados em cursos de maior prestígio social, como Medicina, Direito e Engenharia civil, reafirmando a importância da manutenção de políticas de ações afirmativas.

Do ponto de vista de renda familiar, os dados retratam uma universidade com significativa presença de estudantes de baixa renda, em maior grau até do



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

que a média nacional (ANDIFES, 2018), que remetem às diferenças dos públicos do ensino superior público brasileiro, mas também ao papel de inclusão desempenhado pela Uefs.

A despeito dos avanços relativos à democratização do acesso ao ensino superior, as discussões apresentadas sinalizam que a construção de políticas de ingresso e a permanência de estudantes no ensino superior devem levar em conta a diversidade e as persistentes desigualdades que caracterizam os públicos universitários atuais. Jovens mulheres, negros(as) e de segmentos mais empobrecidos da população ainda são minoria em cursos de maior prestígio social, especialmente nas áreas tecnológicas e da saúde, enquanto são predominantes nas licenciaturas, como já apontavam os estudos de Beltrão e Teixeira, em 2004, e permanecem evidentes nas análises dos Censos do Ensino Superior de 2018 e 2019.

REFERÊNCIAS

AGENCIA IBGE. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece**. 13 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALMEIDA, Silvana Santos. **A expansão do ensino superior privado nos governos FHC e Lula: uma estratégia para efetivar o direito de acesso à educação**. 2015. 148f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ALMEIDA, Vivian; CARVALHAES, Flavio; ELGALY, Pedro. A segregação de gênero no ensino superior brasileiro, 2002-2016. **Blog DADOS**, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/segregacao-de-genero-ensino-superior/>. Acesso em: 12 nov. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFEs**. Brasília: ANDIFES, FONAPRACE, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BELTRÃO, Kaizô; TEIXEIRA, Moema. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira: uma análise da seletividade das carreiras a partir dos Censos Demográficos de 1960 a 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). **Nossos cursos superiores**. Brasil: IFBA, 2021. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/ensino/nossos-cursos/superior/cursos-superiores-1>. Acesso em: 4 jan. 2022.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Tempos e Espaços Educacionais**, v. 13, n. 32, p.1-15, jan./dez, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/13456/10707>. Acesso em: 8 set. 2021.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz; MOREIRA, Uallace. Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do Banco Mundial. **Cadernos do CEAS**, n. 242, p. 602-634, set./dez., 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (EBC). AGÊNCIA BRASIL. **Uma em cada 3 disciplinas é dada por professor sem formação específica**. Brasília: EBC, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/quase-40-dos-professores-no-brasil-nao-tem-formacao-adequada>. Acesso em: 10 out. 2021.

GARCIA, Fabiano Nunes Silva de Vargas; SILVA, Elton Bernardo Santos da; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Representações de cientistas na educação básica: racismo e sexismo em questão. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), 12., Natal. **Anais[...]** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. p. 1-8. Disponível em: <http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R0265-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo; ALMEIDA, Patrícia Albieri. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática. **População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade (Censo Demográfico 2010)**. Brasília: IBGE, 2011. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 14 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. **Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**, n. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo do ensino superior 2018: microdados**. Brasília: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 18 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados: Feira de Santana**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html>. Acesso em: 05 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo do Ensino Superior 2019: Notas Estatísticas**. Brasília-DF: Inep/MEC, 2020a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo do Ensino Superior 2019**: Divulgação dos resultados. Brasília-DF: Inep/MEC, 2020b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo do Ensino Superior 2019**: Notas Estatísticas. Brasília-DF: Inep/MEC, 2020a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo do Ensino Superior 2018**: Divulgação dos resultados. Brasília-DF: Inep/MEC, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf . Acesso em: 12 fev. 2021.

LOCATELLI, C.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no Brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 225–243, 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12767>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LOPES, Clécio Moreira; PASSOS, Guiomar Oliveira. A contribuição das universidades estaduais (UEs) para o ensino superior no Brasil. **Holos**, v. 3, p. 272-285, jul. 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2737>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MARQUES, Rosa Maria, XIMENES, Salomão Barros, UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, pp. 526-547, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/yTJLwCYQ89PVV77mJgRwGHq/?lang=pt#>. Acesso em: 17 jan. 2022.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

MARTINS, Felipe dos Santos; MACHADO, Danielli Carusi, Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 35, n. 1, p.1-24, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PGXB5BznhrHkXQX5ktZGdkv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. 2004. 273 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MOTA JUNIOR, Antônio de Macedo; TORRES, Henderson Carvalho. Educação Superior no Estado da Bahia: contexto histórico e expansão da oferta. **Revista Multidisciplinar Plurais**, v. 2, n.2, p. 83-106, abr./ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/3955>. Acesso em: 26 nov. 2020.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Cardoso de. **Dimensão regional da universidade pública: estratégias de expansão do ensino de graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs)**. 2014. 325f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2014.

SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho (Orgs.). **Observatório da Vida Estudantil: Avaliação e qualidade no ensino superior (Formar como e para que mundo?)**. Salvador: Edufba, 2015.

SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; VASCONCELOS, Leticia (Orgs.). **Observatório da Vida Estudantil: Dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária (percurso e novas perspectivas)**. Salvador: Edufba, 2017.

SERPA, Luiz Fellipe Perret; CUNHA, Maria Couto. Sociedade e ensino superior no Brasil: a diferente trajetória do caso baiano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 18, n. 2, p. 261-286, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/25493/14823>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SENKEVICS, Adriano. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**, v. 3, n.4, p.199-246, 2021. Disponível em:



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12628298>

e-ISSN: 2177-8183

<http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892>.

Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS). **Mais de 90% dos aprovados no Sisu para a UEFS são da Bahia**. 23 abr. 2019. Disponível em: <http://www.uefs.br/2019/01/2357/Mais-de-90-dos-aprovados-no-Sisu-para-Uefs-sao-da-Bahia.html>). Acesso em: 15 dez. 2021.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n.32, p.226-237, ago. 2006.